

Copel Comercialização S.A.

CNPJ/MF 19.125.927/0001-86

NIRE: 41300088284

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
Balancos Patrimoniais	18
Demonstrações de Resultados	19
Demonstrações de Resultados Abrangentes	19
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	20
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	21
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
1. Contexto Operacional	22
2. Base de Preparação	22
3. Principais Políticas Contábeis	23
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	30
5. Títulos e Valores Mobiliários	30
6. Clientes	30
7. Outros créditos	31
8. Tributos	31
9. Investimentos	33
10. Obrigações Sociais e Trabalhistas	34
11. Fornecedores	34
12. Benefícios Pós-emprego	35
13. Outras contas a pagar	40
14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	40
15. Patrimônio Líquido	41
16. Receita Operacional	42
17. Custos e despesas operacionais	42
18. Resultado Financeiro	43
19. Instrumentos Financeiros	44
20. Transações com Partes Relacionadas	47
21. Compromissos	47
22. Seguros	47
23. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	48
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	49
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL	52
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Acompanhando o movimento de abertura gradual e irrefreável do mercado de energia, o ano de 2018 marcou um grande crescimento da Copel Energia, subsidiária de comercialização do Grupo Copel.

No período, demos um salto significativo em relação ao objetivo de estar entre as cinco maiores comercializadoras do Brasil até 2025. Passamos da 39ª empresa que mais comercializou energia, no final de 2017, para a 25ª posição apenas um ano depois. Até 2025, nossa meta é comercializar 4 mil MW médios. Um grande desafio, mas à altura do que vimos conquistando nos anos recentes.

Os resultados cada vez mais consolidam o papel da comercializadora como um braço de desenvolvimento da Copel, ao mesmo tempo em que se fomenta o uso de fontes renováveis de energia, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade da Companhia e com uma tendência de descarbonização em nível global.

A Copel Energia torna-se cada vez mais robusta em um mercado em plena transformação regulatória e tecnológica, e em meio a uma conjuntura macroeconômica que já dá mostras de reaquecimento. A perspectiva de crescimento da demanda por energia e sua aquisição em condições favoráveis – leia-se: preço e prazos competitivos – é um cenário auspicioso para a atuação das comercializadoras com capacidade de negociação e personalização de contratos.

O cerne de nossa estratégia de expansão passa hoje pela ampliação de nossa carteira de clientes tendo por trunfo a reputação da marca Copel. No Paraná, área de concessão de nosso negócio de distribuição, intensificamos em 2018 os *roadshows*, com a intenção de prestar esclarecimentos e ressaltar as vantagens e facilidades em manter o relacionamento com o Grupo Copel numa eventual migração do mercado regulado para o livre.

A sinergia entre as empresas do grupo é cada vez mais valorizada em nossas estratégias de venda. Seja ao fazer-se acompanhar pela Copel Telecom em eventos e feiras, seja aliando-se à Copel Geração e Transmissão na formatação de propostas para construção de usinas e comercialização de sua energia. Em 2018 a estratégia foi implementada com sucesso no leilão da Pequena Central Hidrelétrica Bela Vista, que terá parte de sua energia comercializada em caso de antecipação do projeto.

Estes e outros fatos e resultados você acompanha neste relatório.

Boa leitura.

Franklin Kelly Miguel

Presidente da Copel Energia

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Energia”), instituída em janeiro de 2016, estabeleceu-se no mercado sob a insígnia Copel Energia, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia.

A Copel Energia está se preparando para a iminente ampliação da abertura do mercado livre de energia e para os novos desafios do mercado. Acredita e investe na qualidade e *expertise* de seu corpo técnico, nas melhores práticas de governança e ética das relações e no relacionamento próximo a seus clientes, buscando e desenvolvendo soluções para oferecer agilidade, segurança e confiabilidade.

• Prêmios e certificações em 2018

Prêmios / Certificações	Certificador
Selo Clima Paraná Ouro	Governo do Estado do Paraná
Certificado Empresa Cidadã - informações apresentadas no relatório Social	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio
Viva Voluntário	Governo Federal
Reconhecimento pela implantação das salas de apoio a amamentação	Ministério da Saúde

• Referencial Estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão: Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.

- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

• Copel Energia em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2018	2017	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	227.287	208.369	9,1
Caixa e equivalentes de caixa	12.399	97.068	(87,2)
Títulos e valores mobiliários	1.302	1.251	4,1
Receita operacional bruta	1.491.114	736.415	102,5
Deduções da receita	149.952	71.920	108,5
Receita operacional líquida	1.341.162	664.495	101,8
Custos e despesas operacionais	1.354.578	654.445	107,0
Equivalência patrimonial	(15)	(564)	(97,3)
Resultado das atividades	(13.416)	10.050	(233,5)
Ebitda ou Lajida	(13.415)	9.495	(241,3)
Resultado financeiro	5.961	6.193	(3,7)
IRPJ/CSLL	2.632	(2.638)	(199,8)
Lucro/Prejuízo operacional	(7.470)	15.679	(147,6)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(4.838)	13.041	(137,1)
Patrimônio líquido	83.468	133.511	(37,5)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	2,6	(50,0)
Liquidez geral (índice)	1,6	2,7	(40,7)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	(1,0)	1,4	(171,4)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	(0,6)	2,4	(125,0)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(0,4)	2,0	(120,0)
Participação de capital de terceiros (%)	63,3	35,9	76,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	(3,6)	4,8	(175,0)

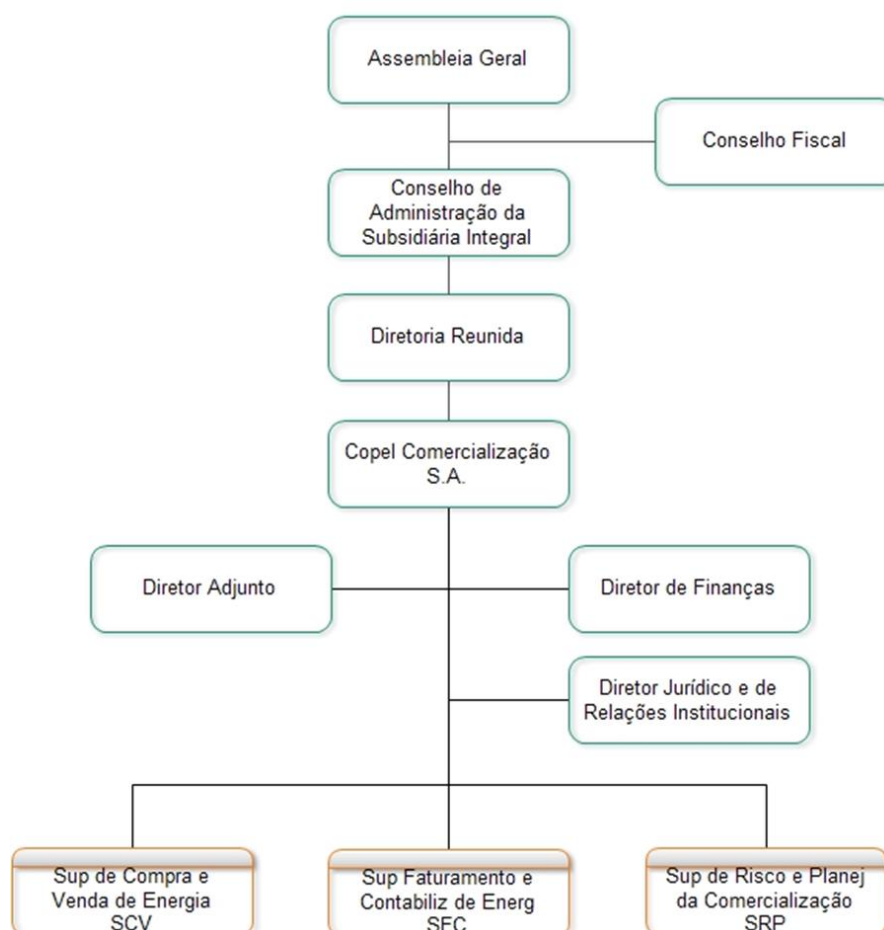
⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia segue o modelo de governança da Copel, que tem como referência, além da Lei nº 13.303/2016, o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, a Instrução CVM nº 586/2017, as determinações da *Securities and Exchange Commission* - SEC, e a Lei Sarbanes-Oxley - SOX. A Companhia conta com uma Política de Governança Corporativa, na qual estabelece sua responsabilidade, seus objetivos e compromissos, calcados nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia em 31.12.2018 é a demonstrada a seguir:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Comitê de Indicação e Avaliação, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Orientação Ética, Comitê de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, Comitê Financeiro, Comitê Permanente de Remuneração e Auditoria Interna.

2.2. Integridade

• Programa de Integridade

Em conformidade com o disposto na Lei nº 13.303/2016, a Copel publicou, através de sua Controladora, em 2017, seu Programa de Integridade, conjunto de mecanismos internos de integridade, ética, transparência, gestão de riscos, controles internos, *compliance*, auditoria interna e aplicação do Código de Conduta, que devem ser observados por todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais. O Programa tem como objetivo prevenir, detectar e remediar possíveis atos que tenham impacto sobre a Companhia.

A divulgação e a disseminação do Programa de Integridade e outras iniciativas de *compliance* são feitas periodicamente em meio eletrônico para toda a Companhia. A consulta a seu inteiro teor pode ser feita nos canais online internos e externos da Copel, por meio do Portal de *Compliance*.

• Práticas anticorrupção

Os processos operacionais são anualmente avaliados quanto aos riscos relacionados a erros ou fraudes que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras, sendo estabelecidos controles internos, submetidos a testes pela Auditoria Interna e pelo Auditor Independente, com resultados relatados à Administração.

A Companhia desenvolve, ainda, atividades voltadas à manutenção do ambiente de controles internos e ao cumprimento dos requisitos legais e regulatórios vigentes, especialmente da SOX. A estrutura de controles internos segue os padrões do COSO, que é um framework reconhecido internacionalmente. A Copel Energia utiliza ferramentas disponibilizadas pelo sistema ERP-SAP.

• Canais de denúncia

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Copel GeT disponibiliza canais de comunicação, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas. São eles:

- Canal de Comunicação Confidencial: destina-se ao recebimento de denúncias e comunicações relativas ao não cumprimento de leis e normas, especialmente com relação a fraudes ou irregularidades que envolvam questões de finanças, auditoria ou contabilidade. O canal garante proteção, preservação da identidade do manifestante e resposta à denúncia. Está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, por ligação gratuita pelo telefone: 0800 643 5665.
- Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam: atende e apoia todo empregado vítima de assédio moral em seu ambiente de trabalho. As informações são confidenciais e tanto o denunciante como o denunciado têm garantia de preservação de identidade. Email: cadam@copel.com
- Conselho de Orientação Ética - COE: aprecia e emite orientação em processos relacionados à conduta ética na Companhia e tem prazo máximo de 90 dias para oferecer resposta final. E-mail: conselho.etica@copel.com.

• Auditoria Externa

Em relação à auditoria externa, a Copel Energia segue as diretrizes de Governança Corporativa da Copel, que por sua vez segue dispositivos estabelecidos pela CVM.

A Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 21.03.2016, para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 30.06.2019, data que corresponderá ao seu termo, podendo ser prorrogado formalmente em até 24 meses.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Instrução CVM nº 308/1999, e/ou o disposto na Lei 8.666/1993 - "Lei das Licitações".

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.3. Gestão da Sustentabilidade

Os desafios da sustentabilidade são parte do referencial estratégico da Copel Geração e Transmissão, contido na missão e visão de negócios. São etapas dessa estratégia a busca permanente por melhorar o desempenho da área de sustentabilidade, bem como sua comunicação com as partes interessadas e a gestão de temas e indicadores.

A Companhia tem assumido, ao longo de sua trajetória, compromissos voluntários que são reconhecidos mundialmente como boas práticas. Maiores informações podem ser obtidos no Relato Integrado da Copel, no site www.copel.com/sustentabilidade.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2018 atuou fortemente na sua consolidação e iniciou suas atividades como comercializadora varejista, sendo a primeira comercializadora brasileira a representar um gerador na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Com apenas dois anos de existência, a Copel Energia já se posiciona entre as grandes empresas do mercado, contando com uma carteira de mais de 520 clientes em 14 Estados brasileiros. Tendo como proposta de valor a segurança do grupo Copel aliada ao bom relacionamento com seus clientes, a Copel Energia atingiu em 2018 a marca de 740 MWm comercializados na CCEE.

Além disso, nesse exercício a Companhia ofertou serviços de gestão no mercado livre de energia, consultoria para migração, modelagem para geradores e consumidores, gestão da demanda, entre outros produtos que permitem aos clientes atuar com segurança no Mercado Livre.

• Fluxo de Energia (em % e GW/hora)

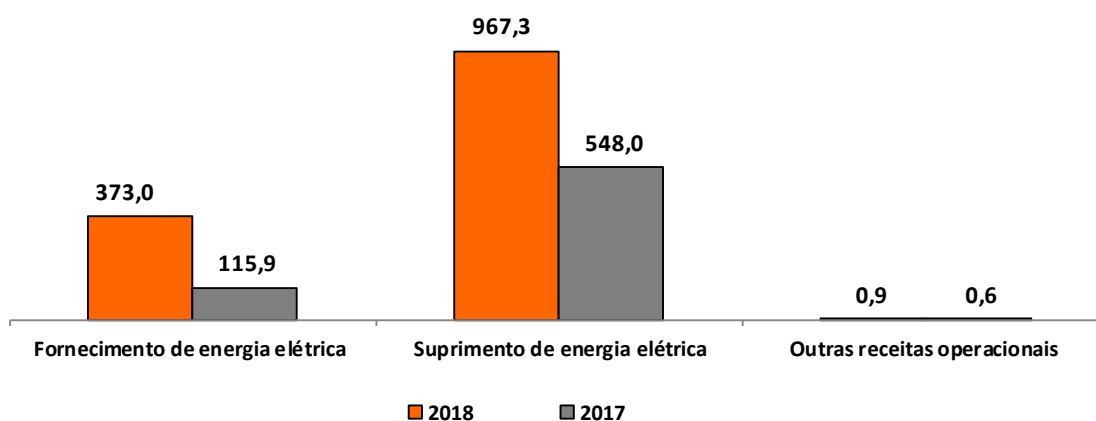
Fluxo de Energia	2018	2017	Variação %
Copel GeT	2.422	-	-
CCEE (MCP)	2	-	-
Outros	4.101	2.671	53,5
Disponibilidade Total	6.525	2.671	144,3
Consumidores Livres	2.096	771	171,9
Contratos Bilaterais	4.223	1.882	124,4
Contratos Bilaterais (Copel GeT)	180	-	-
CCEE (MCP)	26	18	44,4

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

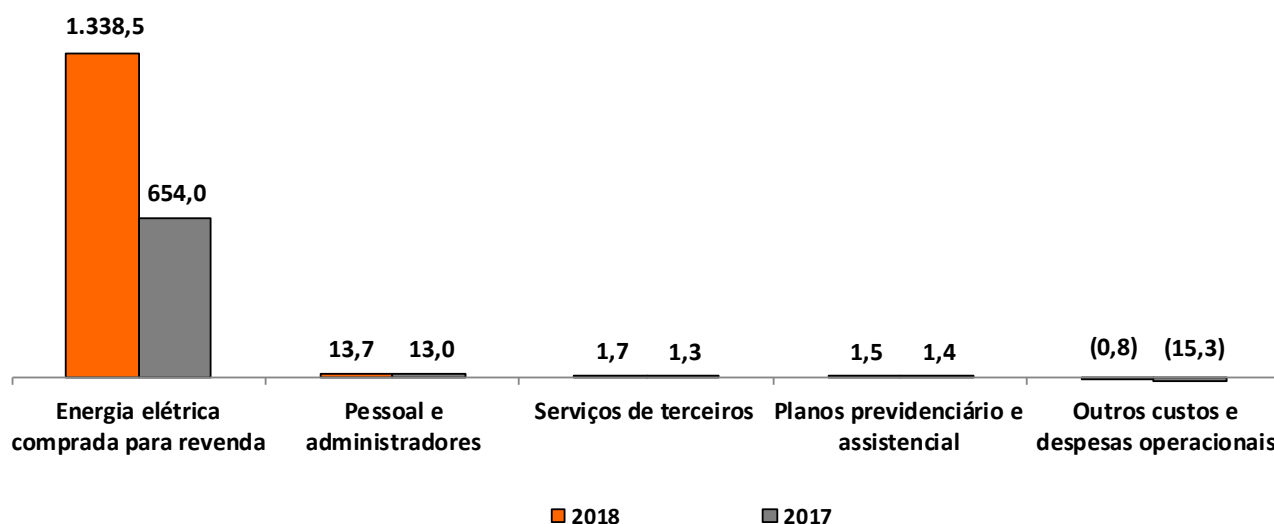
4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2018, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 676,7 milhões, representando 101,8% de aumento em relação a 2017. Tal variação decorre principalmente pelo crescimento das operações de comercialização nesse exercício.



4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2018, os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo de R\$ 701,0 devido a maior compra de energia elétrica de terceiros parcialmente compensados pela receita de alienação de ativos.



4.2. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ milhões	2018	2017
Lucro / Prejuízo líquido	(4,8)	13,0
IRPJ e CSLL diferidos	(21,6)	(17,2)
IRPJ e CSLL	19,0	19,9
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(6,0)	(6,3)
Lajir/Ebit	(13,4)	9,4
Depreciação e Amortização	-	-
Lajida/Ebitda	(13,4)	9,4
Receita Operacional Líquida - ROL	1.341,2	664,5
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	-1,0%	1,4%

O Ebitda da Companhia, em 2018, foi de R\$ 13,4 milhões negativos, apresentando decréscimo de R\$ 22,8 milhões em relação a 2017, o que representa 242,6% de redução.

4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou decréscimo de R\$ 0,2 milhões devido à redução na renda de aplicações, parcialmente compensado pelo aumento nos acréscimos moratórios sobre faturas.

5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

5.1. Recursos humanos

A Companhia possui 34 empregados no quadro próprio, que estão distribuídos em duas carreiras: nível médio (8 empregados) e nível superior (26 empregados). Em 2018, 3 empregados desligaram-se da Companhia, todos pelo PDI. A taxa de rotatividade foi de 3,9%. A Copel Energia segue as diretrizes de sua Controladora quanto às premissas de recursos humanos.

• Desenvolvimento de Pessoal

Em uma era em que as pessoas e seu conhecimento tornaram-se o principal diferencial competitivo das empresas, incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando sempre com profissionais qualificados e experientes, é a estratégia da Copel em face desse desafio, permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira. Para isso, são promovidas diversas ações de educação que vão desde treinamentos básicos até cursos de pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos, etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A Copel também oferece treinamentos para empregados terceirizados, desde que previstos em contrato ou por interesse da Companhia, voltados para integração e atividades específicas a serem realizadas pelos profissionais em sua prestação de serviços.

O modelo de Educação Corporativa tem como fundamento a atuação sinérgica e cooperativa da Universidade Corporativa e das áreas de treinamento das subsidiárias integrais, focando a competitividade e a rentabilidade dos negócios.

As ações de educação de cunho corporativo (programas de integridade, sustentabilidade, capacitação em língua estrangeira, liderança, preparação para o futuro, integração, entre outros) são coordenadas pela UniCopel e têm como objetivo a construção de aprendizado focado em áreas de conhecimento que estão diretamente alinhadas às competências organizacionais e aos negócios da Companhia.

Destacamos em 2018, a expansão das ações de Educação à Distância da Copel, a continuidade da execução do Programa de Liderança e o fortalecimento dos Programas de Integridade e Acessibilidade.

Educação à Distância da Copel

Em 2018, houve um aumento na quantidade de cursos à distância ofertados tanto pela UniCopel como pelas áreas de treinamento das subsidiárias integrais. O uso desta modalidade de educação tem permitido acesso de mais pessoas ao conhecimento, para melhoria das suas atividades e para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, a educação à distância tem sido uma poderosa aliada na comunicação

de informações relevantes e/ou obrigatórias a todo corpo de empregados como foi o caso do Código de Conduta, da Gestão de Custos e da Lei Anticorrupção.

Para suportar o crescimento do uso desta modalidade, a UniCopel fez várias melhorias na plataforma de educação à distância no último ano e tem estudado novas ferramentas e metodologias para incrementar o aprendizado e os resultados obtidos por este meio.

Programa Liderança Transformadora

O programa Liderança Transformadora, implantado em 2016, teve continuidade em 2017 e se estendeu em 2018. O grande objetivo do programa tem sido formar líderes preparados para a gestão responsável dos negócios e das pessoas, sem diminuir a atenção com o bem estar e o desenvolvimento das equipes.

As ações educacionais presenciais do programa em 2018 foram direcionadas para os novos gerentes, que ainda não haviam participado de nenhuma ação em 2017, num esforço para alinhá-los à nova cultura que vem sendo construída. Também foram realizados cursos à distância para todo o corpo gerencial em temas bastante relevantes para a Companhia: diversidade, sustentabilidade, inovação e gestão emocional, além da realização de um grande encontro para todos os líderes da Copel, onde os diretores da Companhia discutiram com o corpo gerencial temas estratégicos para o sucesso dos negócios.

Programa de Acessibilidade

O compromisso da Copel com a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência – PcD's - no dia a dia da empresa vem de longa data. Reafirmando este compromisso, foram realizados, em 2018, diversos seminários e treinamentos em diferentes cidades do Paraná para conscientizar e sensibilizar os empregados da Companhia sobre as principais dificuldades enfrentados pelos PcD's e apresentar maneiras de melhorar a sua inclusão na Copel.

Outra ação que reforçou esse compromisso foi o lançamento do curso “Conhecendo a pessoa com deficiência”, uma parceria entre a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná e a Copel, que buscou disseminar o conhecimento sobre PcD's e promover cultura de inclusão.

Outros programas

Além dos programas próprios de treinamento e capacitação, a Companhia incentiva a formação de seus profissionais por meio das seguintes iniciativas, como Programa de Capacitação em Língua Estrangeira e Cursos de pós-graduação.

• Benefícios

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade

estendidas; e complementação de auxílio doença. Além desses, à partir de outubro/2018 os empregados, opcionalmente, podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, com consequente redução salarial, conforme critérios previstos em norma interna.. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Copel, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010, sendo o montante distribuído de forma igualitária a todos os empregados. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2018 (R\$ 3.139,57) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 954,00) era de 3,29 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

A Copel Energia, através da sua Controladora, se relaciona com 19 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, anualmente, é aprimorado segundo as melhores práticas do mercado e os aprendizados internos apresentados pela Holding e pelas Subsidiárias Integrais. Em 2018, 100% dos empregados considerados aptos foram submetidos à avaliação de desempenho.

5.2. Fornecedores

Os fornecedores da Copel Energia devem respeitar a legislação vigente no País em todos os seus âmbitos. A exigência de conformidade está expressa no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em cláusulas contratuais, nos manuais de cadastramento de fornecedores e nas normas e manuais técnicos, permanentemente disponibilizados *online*.

Em 100% dos contratos de cessão de mão de obra, os terceirizados passam por processo de integração, no qual a Copel Energia destaca suas demandas contratuais em relação a questões socioambientais, de

direitos humanos e trabalhistas, de acessibilidade e inclusão e de combate ao trabalho infantil. O descumprimento pode implicar em sanções administrativas, como multas, rescisão contratual ou, até mesmo, o impedimento, por até dois anos, de participar de novas licitações da Companhia.

Em 2018, passou a vigorar um novo modelo de contrato, que inclui também aspectos de direitos humanos, com destaque para o cumprimento dos 10 Princípios do Pacto Global. Dependendo do objeto a ser contratado, algumas cláusulas específicas relativas a requisitos ambientais são inseridas nas minutas que acompanham o edital quando de sua publicação

5.3. Clientes

A Copel Energia segue os preceitos da Controladora, acreditando que a perenidade do seu modelo de negócio depende do diálogo permanente com os diversos públicos: acionistas, consumidores, empregados, fornecedores, governo e comunidades. O relacionamento com todos esses grupos, com qualidade e de maneira transparente, é avaliado pela Companhia como um diferencial competitivo.

5.4. Canais de Contato

A Copel Energia possui diversos canais de atendimento para o público em geral a fim de manter o foco nas necessidades dos clientes e melhorar seus processos para atendê-los com qualidade. Os principais canais de atendimento são:

- **Telefone:** (41) 3310-5800
- **E-mail:** comercializacao@copel.com
- **Aplicativo mobile:** Copel Energia Mercado Livre, sistema gratuito e disponível na loja virtual Google Play, para usuários do sistema Android, e na loja virtual Apple Store, para usuários do sistema iOS.
- **Site:** www.copelenergia.com.br

5.5. Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade social é um compromisso para a Copel Energia, que busca por alternativas que promovam o bem-estar social, alinhadas à legislação e às normas de comportamento. Essas expectativas são frequentemente avaliadas por meio de pesquisas de satisfação (e das manifestações recebidas pelos canais de diálogo e programas de relacionamento).

As diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia prevêm:

- Promover ações de responsabilidade social norteadas pela missão, pelos valores e pelos compromissos voluntários assumidos
- Gerir o investimento social privado e de incentivos fiscais com transparência, visando maximizar o retorno social dos recursos investidos
- Incentivar os empregados a se engajarem em trabalhos voluntários em prol da melhoria da realidade social

- Promover ações de sensibilização e educação para o público interno e demais partes interessadas relacionadas à sustentabilidade
- Promover a acessibilidade em todas as suas formas, assegurando todos os direitos das pessoas com deficiência

Também são executadas ações que visam à valorização da diversidade, à inclusão e ao combate à discriminação em relação a gênero, orientação sexual, raça, crenças, etnia e pessoas com deficiência. Da mesma forma, busca combater a exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia de valor e priorizar os esforços em situações de maior vulnerabilidade, como obras e viagens, além de eliminar todas as formas de trabalho forçado ou infantil. Internamente, a Copel Energia procura assegurar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. Também atua fortemente em questões de acessibilidade.

Quanto à gestão de recursos naturais, a Companhia possui ações para alcançar as metas relativas a água, energia e papel, que fazem parte do Programa Ecoeficiência e tem como objetivo apoiar projetos para redução e melhor aproveitamento desses recursos, sensibilizando as diversas áreas da Companhia e indo ao encontro da diretriz estratégica de obtenção de excelência em custos, processos e qualidade. O programa também atua nas linhas de mobilidade e combustível, e educação e comunicação.

Em 2018, foram realizadas as seguintes iniciativas: teste de dispositivo para redução no consumo de água em vasos sanitários; gestão do consumo de água, energia e combustíveis; e campanhas educativas. Também foi mantida a campanha de incentivo ao uso de etanol na frota de veículos e criada a campanha Copel sem Plástico, com vistas à redução do consumo de copos desse material. Quanto ao uso de energia, o destaque foi a ação para a redução do consumo nos microcomputadores. Com relação à mobilidade, destacaram-se as iniciativas “Dia de *Bike* ao Trabalho” (11 de maio), “Dia Mundial sem Carro” (semana de 17 a 22 de setembro) - emissões zero (pedestres e ciclistas) e a I Pedalada Interpolos Copel.

Outras informações sobre responsabilidade socioambiental da Companhia podem ser acompanhadas no Relato Integrado (www.copel.com/sustentabilidade), onde é demonstrado o desempenho associado à geração de valor nas dimensões social, econômica e ambiental.

6. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo FRANKLIN KELLY MIGUEL
Membro ANA LETÍCIA FELLER

CONSELHO FISCAL

Presidente GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
Membros Titulares DAVID ANTONIO BAGGIO BATISTA
CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO
Membros Suplentes JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR
OTAMIR CESAR MARTINS
JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

DIRETORIA

Diretor Presidente FRANKLIN KELLY MIGUEL
Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor Adjunto VAGA EM ABERTO

CONTADOR

CRC-PR-045809/O-2 ADRIANO FEDALTO

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores: Fone: +55 (41) 3222-2027

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.399	97.068
Títulos e valores mobiliários	5	1.302	1.251
Clientes	6	131.871	73.027
Dividendos a receber	20	-	2.008
Outros créditos	7	11.015	297
Imposto de renda e contribuição social	8.1	9.875	1.773
Outros tributos a recuperar	8.3	14.610	11.998
Despesas antecipadas	2	2	-
Partes relacionadas	20	3	544
		181.077	187.966
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		187	129
Outros créditos	7	4.045	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	39.332	17.574
		43.564	17.703
Investimentos	9	2.442	2.457
Imobilizado		51	57
Intangível		153	186
		46.210	20.403
TOTAL DO ATIVO		227.287	208.369
PASSIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.926	2.410
Partes relacionadas		307	1.101
Fornecedores	11	126.408	65.664
Imposto de renda e contribuição social	8.1	-	22
Outras obrigações fiscais	8.3	457	23
Dividendos a pagar	20	-	3.717
Benefícios pós-emprego	12	5	6
Outras contas a pagar	13	8.234	164
		137.337	73.107
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	8.3	191	131
Benefícios pós-emprego	12	2.129	1.464
Outras contas a pagar	13	4.015	-
Provisões para litígios	14	147	156
		6.482	1.751
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	45.459	66.289
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	24.070
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	(973)	(668)
Reserva legal	15.3	2.508	2.508
Reserva de retenção de lucros	15.3	36.474	41.312
		83.468	133.511
TOTAL DO PASSIVO		227.287	208.369

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	1.341.162	664.495
Custos Operacionais	17	(1.346.612)	(662.690)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		(5.450)	1.805
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	17	(935)	-
Despesas gerais e administrativas	17	(10.823)	(8.438)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	3.792	16.683
Resultado da equivalência patrimonial	9.1	(15)	(564)
		(7.981)	7.681
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(13.431)	9.486
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		6.065	6.515
Despesas financeiras		(104)	(322)
		5.961	6.193
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(7.470)	15.679
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.4		
Imposto de renda e contribuição social		(18.968)	(19.868)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		21.600	17.230
		2.632	(2.638)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(4.838)	13.041

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(4.838)	13.041
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado	15.2		
Perdas com passivos atuariais			
benefícios pós-emprego		(463)	(97)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		158	344
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	15.2		
Ganhos com ativos financeiros disponíveis para venda		-	14.476
Tributos sobre outros resultados abrangentes		-	(4.922)
Realização de ganhos com ativos financeiros, líquida de tributos		-	(9.554)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(305)	247
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(5.143)	13.288

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2017		234.289	2.000	(915)	1.856	32.640	-	269.870
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.041	13.041
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-
Ganhos com ativos financeiros, líquidos de tributos	15.2	-	-	9.554	-	-	-	9.554
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	-	247	-	-	-	247
Realização de ganhos com ativos financeiros, líquida de tributos	15.2	-	-	(9.554)	-	-	-	(9.554)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	247	-	-	13.041	13.288
Recebimento de adiantamento	15.1	-	24.070	-	-	-	-	24.070
Redução de capital	15.1	(170.000)	-	-	-	-	-	(170.000)
Aumento de capital		2.000	(2.000)	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	15.3	-	-	-	652	-	(652)	-
Dividendos	15.4	-	-	-	-	-	(3.717)	(3.717)
Reserva de retenção de lucros	15.3	-	-	-	-	8.672	(8.672)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		66.289	24.070	(668)	2.508	41.312	-	133.511
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(4.838)	(4.838)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	-	(305)	-	-	-	(305)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(305)	-	-	(4.838)	(5.143)
Recebimento de adiantamento		-	100	-	-	-	-	100
Redução de capital		(45.000)	-	-	-	-	-	(45.000)
Aumento de capital	23	24.170	(24.170)	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(4.838)	4.838	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		45.459	-	(973)	2.508	36.474	-	83.468

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.838)	13.041
Ajustes para a reconciliação do (prejuízo) lucro líquido do exercício com a utilização de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(10)	808
Imposto de renda e contribuição social	8.4	18.968	19.868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	(21.600)	(17.230)
Resultado da equivalência patrimonial	9.1	15	564
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	12.4	206	171
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	12.4	1.792	789
Resultado da alienação de investimento	17	-	(14.476)
Depreciação e amortização	17	16	9
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17	926	156
Resultado das baixas de intangível		27	-
Valor justo nas operações de compra e venda de energia no mercado ativo	17	(3.786)	-
		(8.284)	3.700
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(59.779)	(70.852)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		2.008	8.259
Depósitos judiciais		(48)	(61)
Outros créditos		30	(41)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(8.102)	407
Outros tributos a recuperar		(2.612)	(11.715)
Despesas antecipadas		(2)	-
Partes relacionadas		541	(544)
		(67.964)	(74.547)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(484)	875
Partes relacionadas		(794)	560
Fornecedores		60.744	62.544
Outras obrigações fiscais		494	(387)
Benefícios pós-emprego	12.4	(1.797)	(794)
Outras contas a pagar		1.078	162
		59.241	62.960
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(17.007)	(7.887)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.990)	(19.846)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(35.997)	(27.733)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(51)	(102)
Alienação de investimento	17	-	87.036
Aquisições de imobilizado		(4)	(7)
Aquisições de intangível		-	(101)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(55)	86.826
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		100	24.070
Redução de capital social		(45.000)	(170.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.717)	(6.763)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(48.617)	(152.693)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(84.669)	(93.600)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	97.068	190.668
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	12.399	97.068
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(84.669)	(93.600)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (“Companhia” ou “Copel Energia”), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16.04.2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nº 3.1 - Investimentos em coligada; e
- NE nº 3.2 - Instrumentos Financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 19 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor de recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 14 - Provisões para litígios e passivo contingente;
- NE nº 3.5 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- NEs nºs 3.7, 7 e 13 - Operações de compra e venda de energia em mercado ativo; e
- NE nº 12 - Benefícios Pós-emprego.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Investimentos em coligada

As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Os investimentos em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando a participação nos prejuízos de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, exceto pelos contratos de compra e venda de energia divulgados na NE nº 19.2.4, bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.2.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento e fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Operações de compra e venda de energia em mercado ativo

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia em mercado ativo e parte de seus contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado destes contratos - diferença entre os preços contratados e os de mercado, são reconhecidos no resultado do período.

3.8 Novas normas adotadas a partir deste exercício

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram revisados e não tiveram nenhum efeito relevante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência, em 1º.01.2018:

- (i) ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- (ii) CPC 10 (R1)/IFRS 2 - Pagamento baseado em ações;
- (iii) CPC 28/IAS 40 - Propriedades para investimento;
- (iv) CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; e
- (v) Revisão anual do CPC nº 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

Além disso, a Companhia adotou as seguintes normas a partir de 1º.01.2018:

3.8.1 CPC 48/IFRS 9

Na adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia aplicou a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A adoção inicial produziu os seguintes impactos na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Instrumento financeiro	Classificação conforme CPC 38/IAS 39	Nova classificação (CPC 48/IFRS 9)
Títulos e valores mobiliários	Disponíveis para venda	Valor justo por meio do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Além disso, a norma exige que a Administração da Companhia realize avaliação de seus ativos financeiros com base em doze meses ou por toda a vida do ativo e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 definiu o modelo de expectativa de perda no crédito, o qual requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Anteriormente, o *impairment* de contas a receber de clientes eram apresentados como perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis eram baixados por meio da redução direta do valor contábil.

Desde a adoção da nova norma a Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros de contas a receber de clientes. Não houve impacto no balanço patrimonial em 1º.01.2018, decorrente desta nova prática contábil.

Com relação aos passivos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 definiu que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em incompatibilidade na demonstração do resultado. Não houve impacto na classificação de passivos financeiros da Companhia.

3.8.2 CPC 47/IFRS15

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação, conforme previsto no Apêndice C do CPC 47, em seus itens C3 (b) e C7.

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Não houve impacto no balanço patrimonial em 1º.01.2018, decorrente desta nova prática contábil.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2019 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

- (i) CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;
- (ii) CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados;
- (iii) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros; e

(iv) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos

Além disso, as normas abaixo, também vigentes a partir de 1º.01.2019 e não adotadas antecipadamente pela Companhia foram avaliadas, conforme descrito a seguir.

3.9.1 CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo intangível (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outras Contas a Pagar) a valor presente; e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores, impressoras e móveis), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º.01.2019. Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes.

A Companhia não terá impacto na adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

3.9.2 ICPC22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta não aceitação.

A Companhia está avaliando os tratamentos de tributo sobre o lucro e tem a expectativa de que a aplicação da norma não trará impactos significativos em seus resultados.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos conta movimento	617	1.596
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.782	95.472
	12.399	97.068

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 95% e 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2018	31.12.2017
Títulos disponíveis para venda			
Operação Compromissada	95% do CDI	1.302	1.251

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2018	Saldo 31.12.2017
Consumidores					
Consumidores livres - industrial	30.366	1.038	2	31.406	14.433
Consumidores livres - comercial	6.528	7	-	6.535	3.630
Outros créditos	-	621	-	621	-
	36.894	1.666	2	38.562	18.063
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	89.079	-	4	89.083	47.585
CCEE	4.232	-	-	4.232	7.379
	93.311	-	4	93.315	54.964
(-) Perdas de créditos esperadas (6.1)	-	-	(6)	(6)	-
	130.205	1.666	-	131.871	73.027

Os valores a receber de clientes estão dentro dos prazos contratuais, vincendos e o prazo médio de recebimento é de 10 dias.

6.1 Perdas de créditos esperadas

A partir de 1º.01.12018 as perdas de créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

A Companhia considera o ajuste para perdas de créditos esperadas o suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, conforme a composição abaixo:

Consolidado	Saldo em 31.12.2017	Adições	Perdas	Saldo em 31.12.2018
Consumidores				
Consumidores livres - industrial	-	931	(929)	2
	-	931	(929)	2
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras				
Comercializadoras	-	4	-	4
	-	4	-	4
	-	935	(929)	6

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas de créditos esperadas são apresentadas em despesas com vendas, no grupo de Perdas de créditos, provisões e reversões. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas também em despesas com vendas, no grupo de Outros custos e despesas operacionais, líquidos.

7. Outros créditos

	31.12.2018	31.12.2017
Valor justo na compra e venda de energia em mercado ativo (NE nº 19.2.4)	14.793	-
Adiantamento a empregados	179	220
Outros créditos	88	77
	15.060	297
Circulante	11.015	297
Não circulante	4.045	-

8. Tributos

8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

8.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2018
Ativo não circulante							
Provisão para compra de energia	-	16.975	-	16.975	22.940	-	39.915
Valor justo na compra e venda de energia	-	-	-	-	3.742	-	3.742
Benefícios pós-emprego	-	57	344	401	167	158	726
Provisão para participação nos lucros	-	106	-	106	33	-	139
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	18	-	18	47	-	65
Provisões para litígios	-	53	-	53	(3)	-	50
Outros	-	21	-	21	(6)	-	15
	-	17.230	344	17.574	26.920	158	44.652
(-) Passivo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	-	-	-	-	5.030	-	5.030
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	-	10	-	10
Outros	-	-	-	-	280	-	280
	-	-	-	-	5.320	-	5.320
Líquido	-	17.230	344	17.574	21.600	158	39.332

8.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes, decorrentes de diferenças temporais, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 16.04.2019. A composição dos principais créditos é como segue:

	Ativo	Passivo
2019	42.192	(2.152)
2020	265	(886)
2021	172	(2.272)
2022	210	-
2023	249	-
2024 a 2026	1.306	-
2027 a 2029	258	(10)
	44.652	(5.320)

8.3 Outros tributos

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	534	113
PIS/Pasep e Cofins a compensar	14.076	11.885
	14.610	11.998
Passivo circulante		
ICMS a recolher	438	-
PIS/Pasep e Cofins a recolher	11	-
Outros tributos	8	23
	457	23
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	191	131
	191	131

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

8.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(7.470)	15.679
IRPJ e CSLL (34%)	2.540	(5.331)
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	(5)	(192)
Despesas indedutíveis	(7)	(7)
Incentivos fiscais	80	88
Realização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	1.785
Outros	24	1.019
IRPJ e CSLL correntes	(18.968)	(19.868)
IRPJ e CSLL diferidos	21.600	17.230
Alíquota efetiva - %	35,2%	16,8%

9. Investimentos

A Companhia participa com 49% do capital social da coligada Dominó Holdings Ltda., empresa com sede na cidade de Curitiba/PR e com a atividade principal de participação em outras sociedades.

9.1 Mutação do investimento

Em 1º.01.2017	81.526
Equivalência patrimonial	(564)
Redução de capital	(73.361)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(5.144)
Em 31.12.2017	2.457
Equivalência patrimonial	(15)
Em 31.12.2018	2.442

9.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado do investimento

	31.12.2018	31.12.2017
Dominó Holdings		
ATIVO	4.996	5.024
Ativo circulante	4.784	4.811
Ativo não circulante	212	213
PASSIVO	4.996	5.024
Passivo circulante	13	11
Patrimônio líquido	4.983	5.013
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Custos e despesas operacionais	(269)	(757)
Resultado financeiro	239	(395)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(30)	(1.152)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(30)	(1.152)
Participação na coligada - %	49,00	49,00
Valor contábil do investimento	2.442	2.457

Em 31.12.2018, a Dominó Holdings apresenta passivo contingente, por não ser provável saída de recursos, cuja participação da Companhia equivale a R\$ 1.036 (R\$ 886 em 31.12.2017).

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	601	426
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	197	235
	798	661
Obrigações trabalhistas		
Férias	719	841
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	409	301
Programa de desligamentos voluntários	-	467
Outros	-	140
	1.128	1.749
	1.926	2.410

11. Fornecedores

	31.12.2018	31.12.2017
Energia elétrica	118.039	55.764
Materiais e serviços	8.369	9.900
	126.408	65.664

12. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

12.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da controladora.

12.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

12.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Planos previdenciários	1	1
Plano assistencial	2.133	1.469
	2.134	1.470
Circulante	5	6
Não circulante	2.129	1.464

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Empregados		
Planos previdenciários	777	737
Plano assistencial - pós-emprego	206	171
Plano assistencial - funcionários ativos	322	334
	1.305	1.242
Administradores		
Planos previdenciários	184	161
Plano assistencial	18	12
	202	173
	1.507	1.415

12.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2017	1.207
Apropriação do cálculo atuarial	171
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	789
Ajuste referente a perdas atuariais	97
Amortizações	(794)
Em 31.12.2017	1.470
Apropriação do cálculo atuarial	206
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.792
Ajuste referente a perdas atuariais	463
Amortizações	(1.797)
Em 31.12.2018	2.134

12.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

12.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2018 e 2017, estão demonstradas a seguir:

	2018		2017	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	4,00%	-	4,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Plano Unificado	4,60%	8,78%	5,20%	9,94%
Plano III	4,60%	8,78%	5,26%	10,00%
Plano Assistencial	4,60%	8,78%	5,20%	9,93%
Crescimento salarial				
Plano Unificado a.a.	2,00%	6,08%	2,00%	6,59%
Plano III a.a.	1,50%	5,56%	1,50%	6,07%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

12.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2018		
Participantes aposentados	14,37	22,74
Participantes pensionistas	15,68	27,21
Em 31.12.2017		
Participantes aposentados	14,92	23,01
Participantes pensionistas	16,37	27,99

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 67,3 e 66,8 anos.

12.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2018 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 458 e de R\$ 132, enquanto que, em 31.12.2017, a posição era, respectivamente, de R\$ 359 e de R\$ 183. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2018, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações total ou parcialmente cobertas	5.951	8.807	2.516	17.274	9.391
Valor justo dos ativos do plano	(6.409)	(8.939)	(383)	(15.731)	(8.464)
Estado de cobertura do plano	(458)	(132)	2.133	1.543	927
Ativo não reconhecido	458	132	-	590	542
	-	-	2.133	2.133	1.469

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2018, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 463, correspondente a um acréscimo apurado naquela data base.

12.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2017	1.913	2.848	1.464
Custo de serviço	-	50	33
Custo dos juros	218	322	167
Benefícios pagos	-	(142)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	1.828	593	97
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2017	3.959	3.671	1.761
Custo de serviço	-	172	59
Custo dos juros	393	415	175
Benefícios pagos	(540)	(547)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	2.139	5.096	521
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2018	5.951	8.807	2.516

12.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2017	1.975	3.331	260
Retorno esperado dos ativos	405	376	41
Contribuições e aportes	-	50	-
Benefícios pagos	-	(142)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	1.938	239	(9)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2017	4.318	3.854	292
Retorno esperado dos ativos	774	947	28
Contribuições e aportes	31	37	-
Benefícios pagos	(540)	(547)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	1.826	4.648	63
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2018	6.409	8.939	383

12.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2019, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	2019
Custo do serviço corrente	-	37	74	111
Custo estimado dos juros	537	661	233	1.431
Rendimento esperado do ativo do plano	(646)	(662)	(44)	(1.352)
Contribuições estimadas dos empregados	-	(18)	-	(18)
Custos (receitas)	(109)	18	263	172

12.5.7 Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	-	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(405)	405
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	176	(165)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	5	(5)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	-	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(12)	12

12.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2019	287	1.056	50	1.393
2020	298	1.766	80	2.143
2021	298	1.889	87	2.274
2022	287	1.894	87	2.268
2023	274	1.955	90	2.320
2024 a 2048	3.757	33.737	1.524	39.018

12.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial da Companhia no final de 2018 e a alocação-meta para 2019, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2019	2018
Renda fixa	77,8%	87,8%
Renda variável	5,7%	7,0%
Empréstimos	2,0%	1,6%
Investimentos imobiliários	3,8%	1,6%
Investimentos estruturados	8,1%	2,0%
Investimentos no exterior	2,6%	0,0%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	91,0%	57,0%	60,0%	33,0%
Renda variável	2,5%	1,0%	10,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	4,0%	1,0%
Investimentos imobiliários	3,0%	1,0%	5,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	15,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	6,0%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

13. Outras contas a pagar

	31.12.2018	31.12.2017
Valor justo na compra e venda de energia em mercado ativo (NE nº 19.2.4)	11.007	-
Cauções em garantia	979	160
Outras obrigações	263	4
	12.249	164
	Circulante	164
	Não circulante	-

14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista e federal (fiscal). A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

Em 31.12.2018 o saldo de R\$ 147 (R\$ 156 em 31.12.2017) refere-se a ações trabalhistas. . A Companhia também discute a incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais mas o saldo desta provisão fiscal está divulgado na NE nº 8.3.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2018 a Companhia possui R\$ 157 (R\$ 86 em 31.12.2017) referente a passivos contingentes de ações trabalhistas.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

15. Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2018 monta a R\$ 45.459 (R\$ 66.289 em 31.12.2017) e é composto por 45.458.933 (66.288.933 em 31.12.2017) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

15.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2017	(915)
Ativos financeiros disponíveis para venda	
Investimentos em participações societárias	14.476
Tributos sobre os ajustes	(4.922)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(97)
Tributos sobre os ajustes	33
Tributos sobre os ajustes de anos anteriores (a)	311
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	
Ganhos com investimentos em participações societárias	(14.476)
Tributos sobre a realização dos ajustes	4.922
Em 31.12.2017	(668)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(463)
Tributos sobre os ajustes	158
Em 31.12.2018	(973)

15.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

15.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.838)	13.041
Absorção do prejuízo pela reserva de retenção de lucros	4.838	-
Reserva legal (5%)	-	(652)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	12.389
Dividendos mínimos obrigatórios 25% (30% em 2017)	-	3.717
Dividendos propostos	-	3.717

16. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2018
Fornecimento de energia elétrica	424.230	(38.010)	(13.183)	-	373.037
Suprimento de energia elétrica	1.065.879	(98.616)	-	-	967.263
Outras receitas operacionais	1.005	(93)	-	(50)	862
	1.491.114	(136.719)	(13.183)	(50)	1.341.162

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2017
Fornecimento de energia elétrica	131.850	(11.858)	(4.087)	-	115.905
Suprimento de energia elétrica	603.832	(55.843)	-	-	547.989
Outras receitas operacionais	733	(96)	-	(36)	601
	736.415	(67.797)	(4.087)	(36)	664.495

17. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2018
Energia elétrica comprada para revenda	(1.338.473)	-	-	-	(1.338.473)
Pessoal e administradores (17.1)	(7.200)	-	(6.534)	-	(13.734)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 12.3)	(839)	-	(668)	-	(1.507)
Material	-	-	(65)	-	(65)
Serviços de terceiros (17.2)	(99)	-	(1.601)	-	(1.700)
Depreciação e amortização	-	-	(16)	-	(16)
Provisão para litígios	-	-	-	9	9
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(935)	-	-	(935)
Compra e venda de energia em mercado ativo (NE nº 19.2.4)	-	-	-	3.786	3.786
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1)	-	(1.939)	(3)	(1.943)
	(1.346.612)	(935)	(10.823)	3.792	(1.354.578)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2017
Energia elétrica comprada para revenda	(654.026)	-	-	-	(654.026)
Pessoal e administradores (17.1)	(7.774)	-	(5.219)	-	(12.993)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 12.3)	(845)	-	(570)	-	(1.415)
Material	-	-	(27)	-	(27)
Serviços de terceiros (17.2)	(43)	-	(1.237)	-	(1.280)
Depreciação e amortização	-	-	(9)	-	(9)
Provisão para litígios	-	-	-	(156)	(156)
Resultado da alienação de investimento (a)	-	-	-	14.476	14.476
Receita de juros sobre capital próprio	-	-	-	2.363	2.363
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(2)	-	(1.376)	-	(1.378)
	(662.690)	-	(8.438)	16.683	(654.445)

(a) Resultado da alienação das ações da Sanepar

17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2018	31.12.2017
Pessoal		
Remunerações	7.253	7.239
Encargos sociais	2.350	2.309
Auxílio alimentação e educação	552	600
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados (a)	409	301
Programa de desligamentos voluntários	1.061	569
	11.625	11.018
Administradores		
Honorários	1.616	1.525
Encargos sociais	472	427
Outros gastos	21	23
	2.109	1.975
	13.734	12.993

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

17.2 Serviços de terceiros

	31.12.2018	31.12.2017
Serviços especializados	474	180
Comunicação, processamento e transmissão de dados	308	296
Manutenção de instalações	162	115
Passagens e condução	148	131
Consultoria e auditoria	147	251
Publicações legais	132	67
Outros serviços	329	240
	1.700	1.280

18. Resultado Financeiro

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.864	5.230
Acréscimos moratórios sobre faturas	1.193	385
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(296)	(317)
Outras receitas financeiras	1.304	1.217
	6.065	6.515
(-) Despesas financeiras		
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	-	218
Outras despesas financeiras	104	104
	104	322
Líquido	5.961	6.193

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE		31.12.2018		31.12.2017	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	12.399	12.399	97.068	97.068
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.302	1.302	1.251	1.251
Valor justo na compra e venda de energia em mercado ativo	7	3	14.793	14.793	-	-
			28.494	28.494	98.319	98.319
Custo Amortizado						
Cientes (a)	6	1	131.871	131.871	73.027	73.027
Total dos ativos financeiros			145.572	145.572	171.346	171.346
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	11	1	126.408	126.408	65.664	65.664
Valor justo na compra e venda de energia em mercado ativo	13	3	11.007	11.007	-	-
Total dos passivos financeiros			137.415	137.415	65.664	65.664

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa (a)	12.399	97.068
Títulos e valores mobiliários (a)	1.302	1.251
Cientes (b)	131.871	73.027
	145.572	171.346

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de

contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e suspendendo o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato. Conforme NE nº 6, o prazo de recebimento dos saldos de clientes é, em média, de 10 dias.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de Fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2018.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2018 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da CDI/Selic em 6,50%, prevista na mediana das expectativas de mercado para 2019 do Relatório Focus do Bacen de 08.02.2019.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2018	Cenários projetados - dez.2019		
			Provável	Cenário1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.302	91	68	46

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

19.2.4 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia em mercado ativo

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia em mercado ativo (NE nº 3.7), com objetivo alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

Baseado nos valores nominais de R\$ 222.928 para contratos de compra e de R\$ 95.382 para contratos de venda de energia elétrica, em aberto em 31.12.2018, o valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia na última semana de dezembro de 2018, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima, em 31.12.2018, ajustada pelo risco de crédito.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações em aberto em 31.12.2018, estão abaixo apresentados.

	31.12.2018		
	Ativo	Passivo	Resultado
Circulante	10.748	(6.991)	3.757
Não circulante	4.045	(4.016)	29
	14.793	(11.007)	3.786

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia em mercado ativo

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado, tendo em vista principalmente o horizonte de curto prazo para a liquidação dos contratos.

As análises de sensibilidade foram preparadas considerando para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre os preços de mercado de 31.12.2018. Os resultados obtidos são estes:

	Variação no preço	Base 31.12.2018	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação	3.786	31.356	58.926
	Queda	3.786	(23.784)	(51.354)

20. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Controladora - Copel								
Dividendos	-	-	-	3.717	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	58	657	-	-	172	116
Entidade sob controle em comum								
Compartilhamento de estrutura								
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	1	94	125	-	-	219	125
Copel Distribuição S.A.	3	543	155	315	-	-	412	276
Copel Renováveis S.A.	-	-	-	4	-	-	-	4
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	47.553	257	82.364	272.878	565.882	6.327
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	641	748	-	-	7.551	8.091
Serviços de telecomunicações								
Copel Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-	307	-
Entidade controlada pelo Estado do Paraná - Sanepar								
Dividendos	-	2.008	-	-	-	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 17.1)	-	-	-	-	-	-	2.109	1.975
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 12.3)	-	-	-	-	-	-	202	173

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Companhia no total de R\$ 79.358 (R\$ 49.854 em 2017).

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

21. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Companhia com contratos de compra de energia totalizam R\$ 1.844.098, em 31.12.2018 (R\$ 955.929, em 31.12.2017).

22. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2020	96.870
Garantia de Pagamento	30.01.2020	3.130
Garantia de Pagamento	31.12.2019	2.716
Garantia de Pagamento	31.01.2020	645

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2018, de R\$ 3,8748.

23. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

23.1 Transações que não envolvem caixa

Em 26.10.2018 a 27ª Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social no valor de R\$ 24.170, mediante a capitalização de créditos existentes na rubrica de adiantamentos. Os recebimentos de tais adiantamentos ocorreram em momentos pretéritos ao referido aumento de capital, tendo inclusive, na quase totalidade ingressado no caixa durante o exercício anterior. A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está apresentada na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Copel Comercialização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2019

/s/
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL
DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO
EXERCÍCIO DE 2018 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA O PAGAMENTO
DA PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O
TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE, DENOMINADA “ESCLARECIMENTOS
DA DIRETORIA EXECUTIVA À 6ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COPEL
COMERCIALIZAÇÃO S.A.”**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel Energia, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para o pagamento da participação referente à integração entre o capital e o trabalho e incentivo à produtividade, denominada “Esclarecimentos da Diretoria Executiva à 6ª Assembleia Geral Ordinária da Copel Comercialização S.A.”. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 16 de abril de 2019

/s/

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

/s/

DAVID ANTONIO BAGGIO BATISTA

/s/

CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE elabora o Relatório Anual da Companhia em conjunto com o da Companhia Paranaense de Energia - Copel, consolidando as informações de todas as subsidiárias diretas e indiretas.

A íntegra do Relatório Anual está publicado com as Demonstrações Financeiras da Copel e também no site <http://ri.copel.com/ptb/reunioes-dos-comites>.